

OES P 12 6-1-88 ANC

Dornelles quer que Sarney adote plano suprapartidário

Confiando no entendimento sobre pontos polêmicos como estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais de trabalho, e otimista quanto à promulgação da nova Constituição até o final do mês de março, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que foi o primeiro ministro da Fazenda no atual governo, conclamou ontem o presidente José Sarney a "entender e aceitar" o clamor popular pelo mandato de quatro anos e, em consequência, definir um plano econômico adequado a um governo transitório e suprapartidário do qual não constaria, por exemplo, o projeto da ferrovia Norte-Sul.

Fazendo um mea culpa indireto, Dornelles, em visita a O Estado, admitiu que até agora não se viu nenhuma política econômica séria que pudesse ser implementada no País, ressaltando, porém, que "o Planalto não deixou" que vingassem as tentativas feitas na medida em que interferia ora evitando cortes ora concedendo favores salariais ou mantendo congelamento de preços.

O projeto de lei sobre taxaço de

patrimônio mereceu de Dornelles, que foi secretário da Receita Federal nos governos Geisel e Figueiredo, a qualificação de "inconstitucional" quando inclui a propriedade imobiliária entre os bens sujeitos à tributação. Isso porque, na sua opinião, os imóveis já são taxados pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a Constituição atual estabelece que é vedado à União criar imposto que tenha base de cálculo e fato gerador idêntico.

O deputado rechaçou a proposta de taxaço de títulos da dívida pública estadual em alíquota superior à dos títulos federais (6% contra 3%), "porque pressionaria fortemente a taxa de juros sem grandes alterações na receita fiscal", e se disse também contrário à mudança de critérios do cálculo do Imposto de Renda das microempresas. "Se fizer um imposto moderado, o governo arrecada mais que aumentando a carga tributária", ponderou Dornelles, destacando dificuldade de fiscalizar essas milhares de empresas e a necessidade de tirá-las da clandestinidade, em que não pagam imposto algum.